



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**(*) MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 197, DE 2004
(Do Poder Executivo)**

**MENSAGEM Nº 384/2004
AVISO Nº 768/2004 - C. CIVIL**

Cria o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional Modermaq, e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Mista.

DESPACHO:
PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO.

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

S U M Á R I O

- I – Medida Inicial
- II – Retificação publicada no DOU de 9/7/2004
- III – Na Comissão mista:
 - emendas apresentadas (8)

(*) Republicada em virtude de incorreções no avulso anterior

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica criado o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional - Modermaq, com a finalidade de promover e incentivar a modernização geral da indústria e a dinamização do setor de bens de capital.

Parágrafo único. O Modermaq compreende financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos e demais bens de capital, com o objetivo de fomentar a geração de empregos, o aumento da produtividade e o desenvolvimento tecnológico do parque industrial nacional.

Art. 2º O Programa será financiado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, podendo as operações de crédito no âmbito do Programa ser financiadas a taxas de juros nominais fixas.

Art. 3º Fica a União autorizada a assumir, perante o BNDES, total ou parcialmente, o risco da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, ou índice oficial que vier a substituí-la, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. As despesas decorrentes do disposto no **caput** deste artigo correrão à conta de dotações orçamentárias específicas, alocadas no Orçamento Geral da União, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 4º O Conselho Monetário Nacional e o Conselho Deliberativo do FAT, observada a competência legal de cada Conselho, estabelecerão:

- I - as bases, os critérios e as condições para a concessão de financiamentos no âmbito do Modermaq;
- II - o cronograma para implementação das metas estabelecidas para o programa; e
- III - as taxas de juros dos financiamentos.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de julho de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

Referenda: Bernard Appy, Ricardo José Ribeiro Berzoini, Márcio Fortes de Almeida.

**Retificação da Medida Provisória nº 197, de 2004,
publicada no Diário Oficial da União de 9 de julho de 2004.**

Atos do Poder Executivo

RETIFICAÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 197, DE 7 DE JULHO DE 2004

(Publicada no Diário Oficial de 8 de julho de 2004 - Seção 1)

Na página 5, 1ª coluna, nas assinaturas, leia-se: Luiz Inácio
Lula da Silva, Bernard Appy, Ricardo José Ribeiro Berzoini e Marcio
Fortes de Almeida.

Brasília, 11 de maio de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Os investimentos em bens de capital têm papel fundamental no desenvolvimento econômico do país, aumentando a produção industrial, contribuindo para a modernização e ampliação dos setores de infra-estrutura, expandindo as exportações, criando empregos e elevando as receitas tributárias.
2. A exposição da indústria brasileira à concorrência internacional, em consequência da globalização, tem obrigado o setor produtivo nacional a envidar esforços na busca da eficiência e competitividade, procurando adaptar-se às condições do mercado globalizado.
3. A melhoria da qualidade dos produtos, o aumento da produtividade e a redução de custos são alguns ingredientes fundamentais à consecução desses objetivos, exigindo constantes renovações e adequações do parque produtivo nacional, vale dizer, necessidade de investimentos em máquinas, equipamentos e sistemas, com o maior grau de atualização tecnológica.
4. É importante para o País desenvolver a competitividade geral da economia e a competitividade específica do setor de bens de capital, tendo em vista o papel estratégico que este desempenha como indutor da modernização tecnológica de todos os segmentos produtivos e como base do processo de retomada do crescimento sustentado da economia.
5. Nesse sentido, foi instituída no dia 31 de março do corrente ano, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE, que estabeleceu metas de aumento de empregos, modernização do parque industrial, elevação da produtividade, promoção da inovação e difusão do conhecimento tecnológico, para a conquista de novos mercados e ampliação da base exportadora nacional. Entre as medidas anunciadas, destaca-se a criação do Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional - Modermaq.
6. Assim, submetemos à consideração de Vossa Excelência a presente proposta de edição de medida provisória, nos termos do Art. 62 da Constituição, que autoriza o Poder Executivo a criar o Modermaq. Tal medida viabilizará um instrumento eficaz no sentido de materializar a decisão estratégica de Vossa Excelência pela modernização e ampliação da base industrial, além da dinamização do setor de bens de capital.

7. A adoção do mecanismo de taxas de juros e prestações fixas, ora proposto, tem por objetivo neutralizar eventuais efeitos negativos decorrentes do aumento da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, o que proporciona ao tomador maior previsibilidade quanto aos dispêndios pela aquisição de máquinas e equipamentos. Prevê-se com essa medida, aumento da taxa de investimento, especialmente para as micro, pequenas e médias empresas.

8. Pode-se se usar como paradigma o sucesso alcançado por um Programa similar, o Programa de Modernização da Frota de Máquinas e Implementos Agrícolas - Moderfrota - que tem por finalidade financiar a aquisição de tratores, máquinas e implementos agrícolas. Este instrumento, apresentou como resultados o aumento de produtividade, escala e eficiência do setor agrícola, com expressiva elevação do nível das exportações e dos investimentos direto, indireto e externo. Da mesma forma, ainda com base nos efeitos do Programa Moderfrota sobre a arrecadação tributária federal, prevê-se maior arrecadação com o IPI, PIS e Cofins sobre as vendas da indústria.

9. Portanto, como resultado da criação do Modermaq, espera-se o aquecimento da atividade no setor de máquinas e equipamentos; custos menores e o consequente crescimento dos investimentos na cadeia de fornecedores e distribuidores; estímulo ao investimento nos setores produtivos industrial e de serviços; redução no consumo de energia elétrica e nos níveis de poluição no âmbito das unidades fabris; melhoria nas condições de trabalho e aumento da competitividade do setor e da economia.

10. Na implementação do Modermaq, prevê-se a aplicação de R\$ 2.500.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) nos próximos doze meses, financiados com recursos próprios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, provenientes de retornos de empréstimos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Somente em caso de variação da TJLP para níveis superiores ao estabelecido pelo Programa, o Tesouro Nacional deverá promover a equalização das taxas.

11. As possíveis despesas com a equalização para a União, correrão à conta de dotações orçamentárias específicas alocadas no Orçamento Geral da União, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

12. É necessário enfatizar a relevância da presente proposição, dada a necessidade do imediato crescimento do setor de máquinas e equipamentos, resultando, se aprovada, no aquecimento econômico deste setor, e produzindo efeitos benéficos para toda a cadeia produtiva. Oportuno salientar, que a exemplo da redução do IPI para automóveis, situação na qual o anúncio da possibilidade de implementação da medida, com sua conseqüente diminuição dos preços dos produtos, foi suficiente para provocar forte retração das vendas, o anúncio do Modermaq no lançamento da PITCE já está provocando tal fenômeno com relação às

vendas de máquinas e equipamentos, o que, mais uma vez, fundamenta a relevância da medida.

13. Evidencia-se o requisito da urgência, tendo em vista que as medidas decorrentes da proposta, a serem implementadas, resultarão no imediato aumento da necessidade de mão-de-obra, já que o setor é grande fonte geradora de empregos, melhorando, sensivelmente, o indicativo de oferta de vagas nas indústrias, aliado ao fato que grande parte dos recursos se destinarão ao parque produtivo das microempresas e empresas de pequeno porte, o que também justifica a implementação imediata da proposta, pois tais empresas apresentam baixos níveis de participação nas exportações. Além disso, é necessário respostas rápidas ao setor produtivo em face das diretrizes estabelecidas na PITCE, bem como a previsão imediata de elevação dos investimentos privados com a implantação do Modermaq.

14. São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a encaminhar a Vossa Excelência a proposta que ora submetemos.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Fernando Furlan, Bernard Appy

Ofício nº 685 (CN)

Brasília, em 9 de agosto de 2004.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminha processado de Medida Provisória

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 197, de 2004, que "cria o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional - Modermaq, e dá outras providências."

Informo, por oportuno, que à Medida foram oferecidas 8 (oito) emendas e que a Comissão Mista designada não se instalou.

Atenciosamente,

Senador José Sarney
Presidente

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 197**, ADOTADA, EM 07 DE JULHO DE 2004 E PUBLICADA NO DIA 08 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "CRIA O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL NACIONAL MODERMAQ, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado Antônio Carlos Mendes Thame	003 e 008
Deputado Eduardo Valverde	001 e 004
Deputado José Roberto Arruda	005, 006 e 007
Deputado Pedro Henry	002

SACM

TOTAL DE EMENDAS - 008

MPV - 197

00001

EMENDA Nº

MP 197/2004

AUTOR: DEPUTADO EDUARDO VALVERDE PT/RO

Altera a redação do parágrafo único da MP Nº 197, que cria o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional - Modermaq, e dá outras providências.

O Parágrafo único do Artigo 1º, da Medida Provisória nº 197 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º ...

Parágrafo único. O Modermaq compreende financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos e demais bens de capital destinados à produção industrial, agroindustrial, agroextrativista e indústria da pesca, particularmente a de origem familiar, associativa e cooperativista, com o objetivo de fomentar a ocupação e geração de empregos, o aumento da produtividade e o desenvolvimento tecnológico do parque industrial nacional.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando que um dos objetivos prioritários da política econômica do atual Governo é a geração de postos de trabalho e emprego, torna-se necessário aclarar que o conceito de indústria a ser alcançado pela Medida Provisória em questão, deve ser suficientemente amplo para incorporar a todo tipo de indústria, principalmente àquela derivada da pequena e microempresa, em grande parte de caráter familiar, associativa e vinculada à agricultura e ao extrativismo.

Neste sentido, as modificações propostas ao Parágrafo único que agora efetuamos, são essenciais para evitar o equívoco de considerar como beneficiária de créditos do Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional somente a grande indústria que usa intensivamente bens de capital.

Sala de Sessões, 09 de julho de 2004.


EDUARDO VALVERDE
DEPUTADO FEDERAL PT/RO

MPV - 197

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00002

Data 08.07.2004	proposição Medida Provisória nº 197, de 07.07.2004
--------------------	---

Autor Deputado Pedro Henry	nº do prontuário
-------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 1º	Parágrafo Único	Inciso	alínea
--------	--------------	--------------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao Parágrafo Único do artigo 1º da Medida Provisória nº 197/2004, a seguinte redação:

“Art 1º.

Parágrafo Único. O Modernmaq compreende financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos e demais bens de capital, **bem assim para a modernização física e reconversão de instalações industriais e agroindustriais**, com objetivo de fomentar a geração de empregos, o aumento da produtividade e o desenvolvimento tecnológico do parque industrial nacional.”

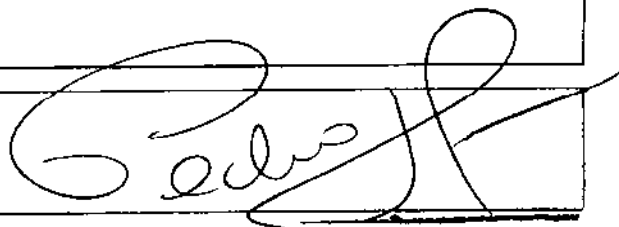
JUSTIFICATIVA

O financiamento da modernização do Parque Industrial Nacional, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, não pode prescindir da ampliação de seu escopo, também, para a modernização e reconversão física de instalações industriais e agroindustriais, sem o que a eficácia do programa perde muito em capacidade de geração de empregos, aumento da produtividade e desenvolvimento tecnológico.

Assim, contamos com o apoio dos nobres parlamentares do Congresso Nacional para aprovação desta emenda de grande interesse para o desenvolvimento nacional.

PARLAMENTAR

Brasília-DF., 08 de julho de 2004



MPV - 197

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00003

data 02/08/04	proposição Medida Provisória nº 197 de 7 de julho de 2004
------------------	--

autor Dep. Antônio Carlos Mendes Thame	nº do prontuário 332
--	--------------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 2º	Parágrafo	Inciso	Alinea
---------------	----------------------------	------------------	---------------	---------------

TEXO/JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 2º da presente MP a seguinte redação:

"Art. 2º O programa será financiado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, observado os seguintes parâmetros:

I - limite dos financiamentos: a) 100% do valor do projeto aprovado para microempresa e empresa de pequeno porte; b) 90% para as demais empresas;

II - prazo de amortização: a) até 20 (vinte) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, para microempresa e empresa de pequeno porte; b) até 15 (quinze) para as demais empresas;

III - prazo de carência: a) até 6 (seis) anos, incluído o prazo de construção e ou instalação, para microempresa e empresa de pequeno porte; b) até 4 (quatro) anos para as demais empresas;

IV - encargos: taxas de juros pré-fixada, incluída a remuneração do agente financeiro, diferenciado por tamanho de empresa;

V - garantia: alienação fiduciária, carta de fiança bancária ou outras garantias, nas formas e condições estabelecidas em regulamento

Parágrafo único. Os financiamentos previstos no caput poderão ser concedidos para a ampliação da capacidade produtiva, aquisição e reparos de máquinas e equipamentos já instalados, obedecidas as seguintes condições:

I - aumento da capacidade produtiva: a) até 15 (quinze) anos para amortização e 4 (quatro) de carência, incluído o prazo de construção e ou instalação, para microempresa e empresa de pequeno porte; b) até 10 (dez) anos para amortização e 3 (três) de carência, incluído o prazo de construção e ou instalação para as demais empresas;

II - aquisição e reparos de máquinas ou de equipamentos: a) até 6 (seis) anos para amortização e 3 (três) de carência, incluindo o prazo de entrega, para microempresa e empresa de pequeno porte; b) até 4 (quatro) anos para amortização e 2 (dois) de carência, incluindo o prazo de entrega, para as demais empresas."

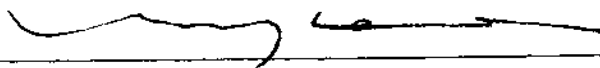
JUSTIFICAÇÃO

A emenda dá nova redação ao art. 2º da Medida Provisória visando estabelecer na norma legal os limites, condições e prazos para o MODERMAQ.

Especificamente, esses parâmetros foram estabelecidos em outros programas do Governo Federal, tais como: PROFROTA PESQUEIRA e PRONAF.

Além disso, propomos, ainda, tratamento diferenciado para as microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme previsto na Constituição Federal, com vista incentivar a formalização, criação e modernização,

PARLAMENTAR



MPV - 197

00004

EMENDA Nº

MP 197/2004

AUTOR: DEPUTADO EDUARDO VALVERDE PT/RO

Altera a redação do Art. 2º da MP Nº 197/2004, incluindo à redação o Parágrafo único, determinando redução de juros para financiamento de maquinária e equipamento destinado à industrialização de insumos de origem agroflorestais.

Ao Art. 2º da MP Nº 197/2004, inclui-se o Parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 2º ...

Parágrafo único. O financiamento de maquinária e equipamentos destinados à industrialização de insumos provenientes de explorações agroextrativistas e florestais, devidamente constituídas e prioritariamente de caráter associativo, disporão de linhas de créditos com juros inferiores em um ponto percentual aos juros determinados para a linha de crédito do Programa Modermaq.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a situação particular das populações da região Norte do País, que dependem de produtos extrativistas de origem florestal, os quais encontram-se em fase inicial de exploração e industrialização, é importante modernizar o parque industrial local em consonância com a vocação produtiva regional.

Contrariamente ao que parece, uma adequada utilização dos recursos locais, principalmente por meio de empreendimentos associativos e com maquinária e equipamentos adequados para a agregação de valor, são fundamentais para o equilíbrio ambiental e proteção dos recursos naturais abundantes em nossa floresta amazônica, além da recuperação de áreas indevidamente exploradas.

• Com este objetivo, propomos que os juros a financiamentos de maquinária e equipamentos, destinados a projetos agroextrativistas e aos que utilizem seus insumos, - desde que devidamente estabelecidos de acordo a normas legais vigentes - sejam reduzidos em um ponto percentual em relação aos financiamentos às máquinas e equipamentos em geral.

Sala de Sessões, 13 de julho de 2004.


EDUARDO VALVERDE
DEPUTADO FEDERAL PT/RO

MPV - 197

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00005

data / /	Proposição Medida Provisória nº 197/2004			
Deputado <u>Jose Roberto Aguiar</u>	Autor <u>Aguiar</u>	nº do prontuário		
<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva	<input checked="" type="checkbox"/> X Modificativa	<input type="checkbox"/> Aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo 1º	Parágrafo	Incisos	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao art. 3º da MP a seguinte redação:

"Art. 3º Fica a União autorizada a assumir, perante o BNDES, parcialmente o risco da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, ou índice oficial que vier a substituí-la, nos termos do regulamento.

§ 1º A União assumirá o risco da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP apenas quando essa variação implicar em aumento superior a 10% do valor financiado nas condições iniciais e apenas sobre essa parcela da variação.

§ 2º As despesas decorrentes do disposto no caput deste artigo correrão à conta de dotações orçamentárias específicas, alocadas no **Orçamento Fiscal da União**, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual e a **Lei Complementar nº 101, de 2000.**"

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem três objetivos:

Em primeiro lugar limita a participação da União nos riscos da operação de financiamento apenas à parcela de variação da TJLP que gerar incremento superior a 10% do valor financiado inicialmente.

Em segundo lugar pretende especificar as dotações orçamentárias do programa em relação ao Orçamento Fiscal da União, que é uma definição mais precisa do que Orçamento Geral da União, como presente na MP.

Por fim, estabelece que tais operações submeter-se-ão aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000.

Acreditamos que tais alterações tornarão a MP mais correta tecnicamente e também, em termos financeiros, mais responsável com o Tesouro Nacional. Estas medidas darão mais credibilidade ao programa e dessa forma aumentarão sua eficiência e efetividade.

PARLAMENTAR

MPV - 197

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00006

data / /		Proposição Medida Provisória nº 197/2004		
Deputado	Autor Jose Roberto Arruda		nº do prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> X Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Incisos	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Insira-se no art. 4º da Medida Provisória o seguinte parágrafo único:

“Art. 4º
Parágrafo único. O programa deverá necessariamente destinar parcela de seus recursos às microempresas e empresas de pequeno porte e considerar a geração de empregos como critério de alocação de recursos.”

JUSTIFICATIVA

O programa Modernmaq mostra-se como extremamente importante para a modernização do parque produtivo industrial brasileiro. Contudo, o texto da MP não relaciona obrigatoriamente suas ações às microempresas e empresas de pequeno porte. Além disso, a referência à geração de empregos é feita de forma genérica. Sugerimos, então, a obrigação de o programa destinar parcela de seus recursos a tais empresas e também levar em conta a geração de empregos em seus critérios de alocação de recursos.

PARLAMENTAR



MPV - 197

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00007

data 1 / 1	Proposição Medida Provisória nº 197/2004			
Deputado Soc. Roberto Arruda	Autor nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. X Modificativa	4. Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Incisos	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se à Medida Provisória o seguinte art. 5º, renumerando o seu atual art. 5º para art. 6º:

“Art. 5º O Poder Executivo instituirá regime de depreciação acelerada para os bens objeto de financiamento pelo Modernmaq.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A emenda que ora apresentamos busca conceder aos bens objeto de financiamento pelo Modernmaq um regime de depreciação acelerada. Tal regime é bastante salutar pois torna menos custoso o investimento, estimulando-o, o que tem por consequência a modernização do parque industrial brasileiro e o aumento na geração de empregos, como se quer e explicita a Medida Provisória.

Ainda, da forma como apresentada, a emenda não obriga o Poder Executivo a conceder o regime de depreciação acelerada de imediato, e também não determina seus parâmetros. A idéia subjacente a essa redação é que o Poder Executivo possa adequar esse regime de depreciação acelerada às restrições fiscais e orçamentárias, já estabelecidas para o atual ano fiscal.

O que se busca com a emenda, em síntese, é comprometer o Poder Executivo a incrementar o programa, com novos incentivos ao empreendedorismo.

PARLAMENTAR

Handwritten signature

MPV - 197

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00008

data 02/08/04	proposição Medida Provisória nº 197 de 7 de julho de 2004
------------------	--

autor Dep. Antônio Carlos Mendes Thame	nº do prontuário 332
--	--------------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à MP 197, como se segue:

“Art. Serão concedidos bônus por adimplemento sobre os encargos das dívidas das operações de financiamento no âmbito do Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional – Modernmaq. para as microempresas e as empresas de pequeno porte vinculados à geração de novos empregos, na forma a ser definida em regulamento.”

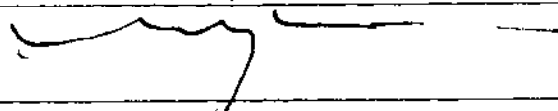
JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda institui o bônus por adimplemento sobre os encargos das dívidas das operações de financiamento no âmbito do Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional – Modernmaq. para as microempresas e as empresas de pequeno porte vinculados à geração de novos empregos, como já previsto, em outros programas do Governo Federal, tais como: PRONAF, REFORMA AGRÁRIA, PROFROTA PESQUEIRA, etc...

Além disso, verifica-se que é assegurado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte que respondem por mais de 50% dos empregos formais e possuem maior poder para geração de novos empregos a curto prazo.

Nessas circunstâncias, a emenda aprimora e abre novas perspectivas para o segmento, inclusive, proporciona isonomia de tratamento com outros setores da economia nacional.

PARLAMENTAR


--

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

**TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

**CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO**

**Seção VIII
Do Processo Legislativo**

**Subseção III
Das Leis**

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

** Artigo, "caput", com redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

** § 1º, "caput", acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

I - relativa a:

** Inciso I, "caput", acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

** Alínea "a" acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

b) direito penal, processual penal e processual civil;

** Alínea "b" acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

** Alínea "c" acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

** Alínea "d" acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

II - que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

III - reservada a lei complementar;

** Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

** Inciso IV acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

** § 2º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

** § 3º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

** § 4º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

** § 5º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

** § 6º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

** § 7º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

** § 8º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

** § 9º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

** § 10º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

** § 11 acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

** § 12 acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

FIM DO DOCUMENTO
